

## ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

## Moraes mantém a delação de Mauro Cid

Principal testemunha da trama golpista contra a posse de Lula depõe por mais de três horas no Supremo e assegura os benefícios da colaboração premiada

» RENATO SOUZA

Após uma série de turbulências, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu manter a validade do acordo de delação premiada firmado com o tenente-coronel Mauro Cid. O militar chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) no começo da tarde de ontem para prestar depoimento e saiu três horas depois. Cid ficou frente a frente com Moraes, relator do inquérito que apura os ataques de 8 de janeiro. Na oitiva, o ministro tratou de contradições e informações que não foram dadas por Cid nos depoimentos que prestou anteriormente à Polícia Federal.

De acordo com fontes ligadas às investigações ouvidas pelo **Correio**, Cid aprofundou informações sobre a participação do general Walter Braga Netto na tentativa de golpe de Estado. Porém, ele disse desconhecer o plano para assassinar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice Geraldo Alckmin e o próprio ministro Moraes. Cid também não teria dado mais detalhes sobre o envolvimento de Jair Bolsonaro, de acordo com as informações obtidas pela reportagem. O oficial do Exército é um dos personagens centrais para entender a tentativa de golpe de Estado, os atos de 8 de janeiro e a suposta organização criminosa montada para atacar as instituições.

## Arquivos ocultos

Moraes considerou satisfatórias as explicações dadas pelo ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. “Após três horas de audiência, o ministro Alexandre de Moraes confirmou a validade da colaboração premiada de Mauro Cid. O ministro considerou que o colaborador esclareceu as omissões e contradições apontadas pela Polícia Federal.

Renato Siouza/Cb/Reprução/Video



Mauro Cid, na chegada à sede do STF: novo depoimento amplia suspeitas sobre militares de alta patente



**O ministro (Alexandre de Moraes) considerou que o colaborador esclareceu as omissões e contradições apontadas pela Polícia Federal. As informações do colaborador seguem sob apuração das autoridades competentes”**

**Supremo Tribunal Federal, em nota oficial**

As informações do colaborador seguem sob apuração das autoridades competentes”, informou a Corte, em nota.

Ao recuperar arquivos que foram apagados do celular de Mauro Cid, a Polícia Federal encontrou informações que não foram ditas por ele e que revelaram a existência de um plano para matar Lula, Alckmin e Moraes. O advogado de Cid, Cezar Bitencourt, considerou a audiência positiva. Ressaltou que não houve novo depoimento, apenas esclarecimentos, e que o cliente poderá ir para casa. O ministro decidiu manter o uso de tornozeleira eletrônica e a proibição de que o tenente-coronel mantenha contato com outros investigados.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) tinha solicitado a prisão de Mauro Cid, alegando que, nos depoimentos válidos pelo acordo de delação, ele deu informações contraditórias e omitiu

parte do que sabe. No entanto, após a oitiva de ontem, a procuradoria decidiu que não vai reforçar o pedido de encarceramento. A PF aponta que, em 2022, foi colocado em prática um minucioso planejamento para tentar impedir a posse do presidente Lula da Silva e do vice, Geraldo Alckmin. Também foram planejados ataques contra ministros do Supremo e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). De acordo com informações apresentadas no documento, Bolsonaro sabia do planejamento para tentar tomar o poder e chegou a analisar uma minuta de decreto que seria assinada para dar aparente ar de legalidade aos atos inconstitucionais.

A corporação afirma que ele também sabia do plano para tentar matar o presidente Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes. A corporação aponta o envolvimento de militares do alto escalão do Exército no plano golpista.

## Militares são maioria entre os indiciados

» VINICIUS DORIA

Da lista de 35 indiciados pela Polícia Federal por tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito no inquérito dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, 25 são militares da ativa e da reserva. Entre eles, estão o ex-presidente Jair Bolsonaro (capitão reformado do Exército), seis generais do Exército e um almirante da Marinha. O inquérito foi apresentado, ontem, ao ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, que preside o processo dos atos golpistas.

Apenas a Aeronáutica ficou de fora do rol da PF. São 24 oficiais do Exército e apenas um da Marinha — o ex-comandante da Armada Almir Garnier Santos, apontado nas investigações como o único das Três Forças a dar apoio ao golpe que estava sendo urdido para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para a PF, os seis generais indiciados tiveram participação comprovada na conspiração golpista. Walter Souza Braga Netto foi ministro da Defesa e candidato a vice de Bolsonaro nas eleições de 2022. Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira foi comandante do Exército no governo anterior. Augusto Heleno Ribeiro Pereira ocupou o cargo de ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Um dos presos na Operação Contragolpe, deflagrada na terça-feira pela PF, Mario Fernandes foi secretário executivo (uma espécie de vice-ministro) da

Evaristo Sa/AFP



Almir Garnier (E), com Bolsonaro: único nome da Marinha no rol da PF

Secretaria-Geral da Presidência, suspeito de participar do planejamento da operação que pretendia assassinar o presidente Lula, o vice Geraldo Alckmin e o próprio Alexandre de Moraes. Segundo pedido de prisão preventiva feito ao STF na semana passada, a PF aponta o general Mario Fernandes como um “kid preto” (que atuou nas Forças Especiais do Exército) de “perfil radical, com registros de intenções antidemocráticas antes mesmo do resultado das eleições presidenciais de 2022”.

Também foram indiciados os generais Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, ex-chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército; e Nilton Diniz Rodrigues, comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, no Amazonas. Oliveira prestou depoimento à PF em março, após

a revelação de que ele se reuniu com o então presidente Bolsonaro em 9 de dezembro de 2022. No entanto, o general disse que não foi discutida nenhuma ação no sentido de impedir a posse do então presidente eleito Lula.

## Aparato público-militar

Nilton Rodrigues, por sua vez, prestou depoimento à PF no início deste mês, após a descoberta de que o principal delator do esquema golpista, tenente Mauro Cid, havia apagado áudios de seu telefone celular. O nome do comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva foi citado em algumas das conversas recuperadas pelos investigadores.

O inquérito policial aponta que “as apurações identificaram indícios de que aparato público-militar foi utilizado na

ação (que pretendia prender o ministro Alexandre de Moraes), a citar, nesse sentido, pelo menos um veículo oficial do Batalhão de Ações de Comandos”.

Na linha de baixo da cadeia de comando, foram indiciados os coronéis Alexandre Castilho Bitencourt da Silva e Anderson Lima de Moura, Carlos Giovanni Delevati Pasini — apontados como coautores do documento golpista Carta ao comandante do Exército de oficiais superiores da ativa e Exército Brasileiro; além de Bernardo Romão Correa Netto, Cleverton Ney Magalhães, Fabrício Moreira de Bastos, Laercio Vergililo, Marcelo Costa Câmara (ex-assessor especial de Jair Bolsonaro na Presidência).

Também estão na lista de indiciados os tenentes-coronéis Mauro Cesar Barbosa Cid (principal delator da trama golpista) e Guilherme Marques de Almeida e Hélio Ferreira Lima; e os major Angelo Martins Denicoli (que chegou a ocupar cargo de direção no Ministério da Saúde na gestão de Eduardo Pazuello); Rafael Martins de Oliveira (integrante do grupo “kids pretos”) e Sergio Ricardo Cavaliere de Medeiros.

O capitão reformado Ailton Gonçalves Moraes Barros é suspeito de intermediar inserção ilegal de dados em cartões de vacinação de autoridades. Também foi indiciado o subtenente Giancarlo Gomes Rodrigues, apontado pelas investigações como um dos responsáveis pelo monitoramento clandestino de opositores políticos do governo Bolsonaro.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Bolsonaro e generais encabeçam lista da PF

O ex-presidente Jair Bolsonaro; o ex-ministro da Justiça Anderson Torres; o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno; o ex-ministro da Casa Civil e da Defesa Walter Souza Braga Netto; o ex-ministro da Defesa e ex-comandante do Exército Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira; o ex-comandante da Marinha Almir Garnier Santos; o ex-diretor da Agência Brasileira de Informações (Abin) Alexandre Ramagem; o ex-chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército e general de Exército Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro e tenente-coronel do Exército Mauro Cid, e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, estão entre os 37 indiciados pela Polícia federal (PF) por tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023.

Conforme o relatório encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), estão indiciados pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa. São acusados de atuar coordenadamente para evitar que o então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, e seu vice, Geraldo Alckmin, assumissem o governo, sucedendo ao então presidente Jair Bolsonaro, derrotado nas últimas eleições presidenciais, em 2022. O relatório mostra, inclusive, que havia um plano para matar Lula, Alckmin e o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, responsável pelo inquérito.

Segundo a PF, estivemos muito próximos de um golpe militar. Foram dois anos de investigações, encerradas ontem, para chegar a Bolsonaro e aos militares de seu estado-maior, entre os quais, cinco oficiais de quatro estrelas, que ocuparam o topo da cadeia de comando das Forças Armadas: dois ex-ministros da Defesa, o chefe da Segurança Institucional; o comandante da Marinha e o comandante de Operações Terrestres do Exército. Outros ocupantes de posições estratégicas nos órgãos de coerção do Estado brasileiro também estavam envolvidos: o ministro da Justiça e o chefe da Agência Brasileira de Informações (ABIN).

Somente não atingiram seus objetivos porque houve uma atuação muito firme do Supremo Tribunal Federal (STF), principalmente do ministro Alexandre de Moraes e da ministra Rosa Weber, ex-presidente da Corte. Também faltou apoio dos principais políticos aliados, caso do ex-ministro da Casa Civil Ciro Nogueira, presidente do PP, e dos presidentes do Senado e da Câmara, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL). A maioria dos integrantes do Alto Comando do Exército também não aderiu ao golpe. Além disso, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, reconheceu de pronto a eleição do presidente Lula; ou seja, não havia articulação internacional.

Quebras de sigilos telemático, telefônico, bancário e fiscal, colaboração premiada, buscas e apreensões, entre outras medidas devidamente autorizadas pelo Poder Judiciário, possibilitaram a montagem do quebra-cabeças. Seis grupos foram identificados na conspiração: o de desinformação e ataques ao sistema eleitoral; o responsável por incitar militares a aderirem ao golpe de Estado; o jurídico; o operacional de apoio às ações golpistas; o de inteligência paralela; e o núcleo operacional para cumprimento de medidas coercitivas.

## Omissões esclarecidas

Mais 27 pessoas, a maioria militares, foram indiciadas: Ailton Gonçalves Moraes Barros; Alexandre Castilho Bitencourt da Silva; Amauri Feres Saad; Anderson Lima de Moura; Angelo Martins Denicoli; Bernardo Romão Correa Netto; Carlos Cesar Moretzsohn Rocha; Carlos Giovanni Delevati Pasini; Cleverton Ney Magalhães; Fabrício Moreira de Bastos; Fernando Cerimedo; Filipe Garcia Martins; Giancarlo Gomes Rodrigues; Guilherme Marques de Almeida; Hélio Ferreira Lima; José Eduardo de Oliveira e Silva; Laercio Vergílio; Marcelo Bormevet; Marcelo Costa Câmara; Mario Fernandes; Nilton Diniz Rodrigues; Paulo Renato de Oliveira Figueiredo Filho; Rafael Martins de Oliveira; Ronald Ferreira de Araujo Júnior; Sergio Ricardo Cavaliere de Medeiros; Tércio Arnaud Tomaz e Wladimir Matos Soares.

O trabalho da PF não foi encerrado, há novas revelações por parte dos denunciados. Um deles, o tenente-coronel Mauro Cid, prestou depoimento, ontem à tarde, ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) responsável pelo inquérito, Alexandre de Moraes, porque havia omitido informações que mais tarde foram recuperadas de seu celular pela PF. Ao contrário das expectativas, Mauro Cid conseguiu manter a delação premiada.

Após três horas de audiência, o ministro Alexandre de Moraes confirmou a validade do acordo de colaboração com a Justiça. O ministro considerou que o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro esclareceu as omissões e contradições apontadas pela Polícia Federal. Assim, as informações apresentadas pelo militar seguem sob apuração.

Entre o indiciamento e a condenação de Bolsonaro e integrantes da cúpula do governo passado, há um longo caminho a ser percorrido. Agora, o ministro relator do caso, Alexandre de Moraes, deve enviar o material para análise da Procuradoria-Geral da República (PGR), a quem cabe oferecer a denúncia contra os envolvidos. Somente se — e quando — a denúncia for acolhida pelo STF é que Bolsonaro e seus auxiliares se tornarão réus.

Desde já, há uma batalha política em curso, com uma guerra de narrativas nas redes sociais, nas quais os partidários do ex-presidente Jair Bolsonaro afirmam que tudo não passa de uma armação política para beneficiar o governo Lula. Há dois questionamentos: um quanto à veracidade das mensagens recuperadas no celular de Mauro Cid; outro, sobre a legitimidade de Moraes ser o relator do caso, se ele é um dos alvos da suposta tentativa de assassinato revelada no relatório da PF.